

Ventos de São Clemente Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ventos de São Clemente Holding S.A.
Maracanaú – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Clemente Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Clemente Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como



necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou



condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.306	13.878	22.459.527	76.505.460	Fornecedores	8	570.719	-	225.736.308	5.097.373
Contas a receber	4	-	-	22.460.701	-	Financiamentos		-	-	21.496.928	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	124.533	-	Obrigações sociais		-	-	156.370	28.238
Impostos a recuperar		623.204	623.194	1.538.117	731.542	Obrigações tributárias		10.548	9.529	1.083.389	554.005
Outros créditos		-	15.573	289.685	-	Provisões trabalhistas		-	-	-	12.673
Despesas antecipadas		-	-	545.037	204.712						
Total do ativo circulante		626.510	652.645	47.417.600	77.441.714	Total do passivo circulante		581.267	9.529	248.472.995	5.692.289
Depósitos judiciais		-	-	108.236	-	Não circulante					
Despesas antecipadas		-	-	-	177.334	Financiamentos	7	-	-	673.560.403	520.396.656
Investimentos	5	244.540.500	269.888.299	-	-	Mútuos partes relacionadas	16	8.047.529	-	-	-
Mútuos partes relacionadas	16	8.047.529	-	-	-	Total do passivo não circulante		8.047.529	-	673.560.403	520.396.656
Imobilizado	6	401.894	504.313	1.119.495.199	719.505.625	Patrimônio líquido	9				
Total do ativo não circulante		252.989.923	270.392.612	1.119.603.435	719.682.959	Capital social		292.395.500	283.745.000	292.395.500	283.745.000
						Prejuízos acumulados		(47.407.863)	(12.709.272)	(47.407.863)	(12.709.272)
Total do ativo		253.616.433	271.045.257	1.167.021.035	797.124.673	Total do patrimônio líquido		244.987.637	271.035.728	244.987.637	271.035.728
						Total do passivo e patrimônio líquido		253.616.433	271.045.257	1.167.021.035	797.124.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	11	-	-	61.021.266	-
Custos das vendas	12	-	-	(39.884.024)	-
Lucro bruto		-	-	21.137.242	-
Despesa com equivalência patrimonial	5	(31.461.799)	(9.876.046)	-	-
Despesas com vendas	13	-	-	(1.406)	-
Despesas gerais e administrativas	13	(1.210.180)	(1.952.786)	(9.939.865)	(11.452.073)
Despesas tributárias		-	(128.456)	-	(129.667)
Outras receitas operacionais		2.002	-	2.002	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		(32.669.977)	(11.957.288)	11.197.973	(11.581.740)
Receitas financeiras	14	239	2.767.274	1.986.263	2.767.274
Despesas financeiras	14	(2.028.853)	(699.346)	(47.882.827)	(716.629)
Despesas financeiras líquidas		(2.028.614)	2.067.928	(45.896.564)	2.050.645
Prejuízo do exercício		(34.698.591)	(9.889.360)	(34.698.591)	(9.531.095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(34.698.591)	(9.889.360)	(34.698.591)	(9.531.095)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(34.698.591)</u>	<u>(9.889.360)</u>	<u>(34.698.591)</u>	<u>(9.531.095)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora e Consolidado			
	Capital		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	a integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	205.696.000	(124.262.400)	(2.819.912)	78.613.688
Capital subscrito	78.704.000	(78.704.000)	-	-
Capital integralizado	-	202.311.400	-	202.311.400
Prejuízo do exercício	-	-	(9.889.360)	(9.889.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	284.400.000	(655.000)	(12.709.272)	271.035.728
Capital subscrito	22.840.000	(22.840.000)	-	-
Capital integralizado	-	8.650.500	-	8.650.500
Prejuízo do exercício	-	-	(34.698.591)	(34.698.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	307.240.000	(14.844.500)	(47.407.863)	244.987.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(34.698.591)	(9.889.360)	(34.698.591)	(9.531.095)
Depreciações e amortizações	-	17.682	32.170.850	18.085
Resultado de equivalência patrimonial	31.461.799	9.876.046	-	-
Baixa de ativo imobilizado	(2.002)	-	(2.002)	-
Juros sobre financiamento	-	-	44.208.972	396.663
Varição nos ativos e passivos				
Impostos e contribuições a recuperar	(10)	(623.190)	(806.575)	(731.538)
Despesas antecipadas	-	-	(162.991)	(153.504)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(124.533)	5.069.186
Depósitos judiciais	-	-	(108.236)	-
Contas a receber	-	-	(22.460.701)	-
Créditos a receber	15.573	(15.574)	(289.685)	-
Fornecedores	570.719	-	220.638.935	-
Obrigações sociais	-	-	128.132	-
Obrigações fiscais	1.019	- 8.199	529.384	535.231
Provisões trabalhistas	-	-	(12.673)	-
Outras obrigações	-	-	-	40.913
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(2.651.493)	(642.595)	239.010.286	(4.356.059)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(6.114.000)	(201.236.268)	-	-
Baixa de imobilizado	104.421	-	336.960	-
Aquisição de imobilizado	-	(521.995)	(432.495.382)	(641.561.210)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.009.579)	(201.758.263)	(432.158.422)	(641.561.210)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	-	-	153.122.418	520.000.000
Custo de captação dos empréstimos	-	-	(22.670.715)	-
Integralização de capital	8.650.500	202.311.400	8.650.500	202.319.392
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	8.650.500	202.311.400	139.102.203	722.319.392
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(10.572)	(89.458)	(54.045.933)	76.402.123
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	13.878	103.336	76.505.460	103.336
No fim do exercício	3.306	13.878	22.459.527	76.505.460
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(10.572)	(89.458)	(54.045.933)	76.402.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Clemente Holding S.A. “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, km 08, sala 103 – Distr. Industrial, foi constituída em 27 de dezembro de 2012, e suas investidas, Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A., Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A., Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A., Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A., Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A., Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A. entraram em fase operacional de acordo com o despacho nº 1.370, de 24 de maio de 2016, com início da operação comercial a partir do dia 25 de maio de 2016, enquanto que a Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A. entrou em fase operacional, de acordo com os despachos nº 1.560, de 13 de junho de 2016, e o de nº 1.581, de 14 de junho de 2016, com início da operação comercial a partir do dia 15 de junho de 2016 e a Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A., entrou em fase operacional, de acordo com o despacho nº 1.622, dia 20 de junho de 2016, com início da operação comercial a partir do dia 21 de junho de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras ficou disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; e c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo Eólico São Clemente, detido pelas investidas acima listadas, possui capacidade instalada total de 216,1 MW.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

a. **Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

31 de dezembro de 2016					
Controladas	Ativo	Passivo	PL	Resultado	% de participação
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A	154.914.096	125.395.628	29.518.468	-4.320.227	100%
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A	154.475.088	116.744.955	37.730.133	-4.528.460	100%
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A	152.277.652	119.334.569	32.943.083	-2.831.508	100%
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A	152.054.533	121.512.410	30.542.123	-3.595.907	100%
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A	153.379.584	128.018.483	25.361.101	-5.286.378	100%
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A	144.964.270	119.140.501	25.823.769	-4.022.689	100%
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A	164.499.790	127.951.879	36.547.911	-3.362.662	100%
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A	112.738.268	86.664.356	26.073.912	-3.513.968	100%

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do

reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.6 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Móveis e utensílios	16 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	24 anos

2.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.8 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento do reconhecimento de receita ocorre pela transferência da energia elétrica para a CCCE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou para terceiros no mercado regulado de energia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor

contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

3 Caixas e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Bancos	2.960	3.598	36.311	944.377
Aplicações financeiras (a)	<u>346</u>	<u>10.279</u>	<u>22.423.216</u>	<u>75.561.083</u>
Total	<u>3.306</u>	<u>13.878</u>	<u>22.459.527</u>	<u>76.505.460</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Bradesco, Santander, Citibank, Pine e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 100,50% CDI referente às aplicações do Santander, taxa de 90% CDI referente às aplicações do BTG Pactual, taxa de 100,00 % CDI para as aplicações do Banco Pine e taxa de 100,00 % CDI para as aplicações do Citibank.

Uma análise quanto ao risco de crédito está apresentada na nota explicativa nº 17.

4 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>
	2016
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	1.339.200
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda.	10.248.000
Camara Com. Energia Elétrica/CCEE	10.605.661
Clime Trading Comercializadora de Energia Ltda.	<u>267.840</u>
Total	<u>22.460.701</u>

Todos os títulos em aberto em 31/12/2016 estão classificados como a vencer.

Uma análise quanto ao risco de crédito está apresentada na nota explicativa nº 17.

5 Investimentos

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

Composição dos investimentos

2016					
31/12/2016			Controladora		
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100%	29.518.468	(4.320.227)	29.518.468	(4.320.227)
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	100%	37.730.133	(4.528.460)	37.730.133	(4.528.460)
Ventos de São Clemente Energias Renováveis III S.A.	100%	32.943.083	(2.831.508)	32.943.083	(2.831.508)
Ventos de São Clemente Energias Renováveis IV S.A.	100%	30.542.123	(3.595.907)	30.542.123	(3.595.907)
Ventos de São Clemente Energias Renováveis V S.A.	100%	25.361.101	(5.286.378)	25.361.101	(5.286.378)
Ventos de São Clemente Energias Renováveis VI S.A.	100%	25.823.769	(4.022.689)	25.823.769	(4.022.689)
Ventos de São Clemente Energias Renováveis VII S.A.	100%	36.547.911	(3.362.662)	36.547.911	(3.362.662)
Ventos de São Clemente Energias Renováveis VIII S.A.	100%	26.073.912	(3.513.968)	26.073.912	(3.513.968)
Total dos investimentos				<u>244.540.500</u>	<u>(31.461.799)</u>
2015					
31/12/2015			Controladora		
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	100%	33.563.694	(781.359)	34.467.000	(903.306)
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	100%	42.146.593	(1.056.369)	43.237.001	(1.090.408)
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	100%	35.754.591	(931.371)	36.720.000	(965.410)
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	100%	34.049.030	(1.433.932)	35.517.000	(1.467.970)
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	100%	30.276.479	(1.044.483)	31.355.001	(1.078.522)
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	100%	29.383.458	(259.894)	29.677.001	(293.543)
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	100%	36.182.574	(3.517.314)	39.733.341	(3.550.767)
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	100%	28.531.880	(493.057)	29.058.000	(526.120)
Total dos investimentos				<u>279.764.345</u>	<u>(9.876.046)</u>

Movimentação dos investimentos

Investidas	Aumento /		Resultado de	31/12/2016
	01/01/2016	(redução)	equivalência patrimonial	
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	33.563.694	275.000	(4.320.227)	29.518.467
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	42.146.593	112.000	(4.528.460)	37.730.133
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	35.754.591	20.001	(2.831.508)	32.943.084
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	34.049.030	89.000	(3.595.907)	30.542.123
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	30.276.478	371.000	(5.286.377)	25.361.100
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	29.383.458	463.000	(4.022.689)	25.823.769
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	36.182.574	3.727.999	(3.362.662)	36.547.911
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	28.531.881	1.056.000	(3.513.968)	26.073.913
Total líquido do investimento	269.888.299	6.114.000	(31.461.799)	244.540.500

6 Imobilizado

Movimentação do imobilizado

	Controladora				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	
Veículos	102.419	-	(102.419)	-	-
Imobilizado em andamento	401.894	-	-	-	401.894
Total	504.313	-	(120.100)	-	401.894

	Controladora				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	
Veículos	-	120.100	-	(17.681)	102.419
Imobilizado em andamento	-	401.894	-	-	401.894
Total	-	521.994	-	(17.681)	504.313

	Consolidado					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação acumulada	
Veículos	102.419	-	-	(102.419)	-	-
Equipamentos e processamento de dados	13.051	-	-	(14.094)	1.043	-
Terrenos	-	1.175.990	-	-	-	1.175.990
Imobilizado em andamento (a)	705.166.079	146.282	(704.549.327)	(214.858)	-	548.176
Encargos sobre empréstimos (b)	14.217.402	3.099.573	(17.316.975)	-	-	-
Obras civis	-	38.909.709	(38.909.709)	-	-	-
Linha de transmissão em andamento	-	5.205.468	(5.205.468)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	379.947.515	765.981.479	-	(32.101.514)	1.113.827.480
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	3.865.076	-	-	(80.121)	3.784.955
Móveis e utensílios	6.674	158.819	-	-	(6.895)	158.598
Total	719.505.625	432.508.432	-	(349.052)	(32.169.806)	1.119.495.199

Consolidado					
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado	-	140.229	-	(18.085)	122.144
Imobilizado em andamento (a)	77.962.500	627.203.579	-	-	705.166.079
Encargos sobre empréstimos (b)	-	14.217.402	-	-	14.217.402
Total	77.962.500	641.561.210	-	(18.085)	719.505.625

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os encargos financeiros sobre financiamento diretamente atribuíveis aos ativos em construção são capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A respectiva capitalização se encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

7 Financiamentos

		Controladora		Consolidado	
	Taxa de juros	2016	2015	2016	2015
Financiamentos (a)	2,55% a.a. + TJLP	-	-	695.057.331	520.396.656
		-	-	695.057.331	520.396.656
Circulante		-	-	21.496.928	-
Não circulante		-	-	673.560.403	520.396.656

- (a) A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão do projeto, conforme definido no contrato, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPE e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPE. As SPEs cederam ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas às autorizações de geração de energia e determinados contratos do projetos. A totalidade das ações atuais e futuras, bem como todo e qualquer rendimento dessas ações, da Companhia também foram dadas em garantia (penhor) ao referido financiamento, assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPEs.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

7.1 Covenants

A Companhia contratou financiamentos com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como:

- (a) Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;

- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, da autorização e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;

Durante o exercício de 2016 o Grupo cumpriu todas as exigências citadas acima, pois o descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

8 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda. é o principal fornecedor das controladas, mediante o fornecimento de aerogeradores, e a ABB Ltda é a responsável por parte das instalações eletromecânicas do parque eólico.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Casa dos Ventos Energias Renováveis S/A – nota 16	281.034	-	730.851	-
ABB Ltda.	-	-	44.111.951	-
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda.	-	-	172.009.678	-
Fornecedores diversos	289.685	-	8.883.828	5.097.373
Total	570.719	-	225.736.308	5.097.373

9 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 307.240.000 em 2016 (R\$ 284.400.000 em 2015) e está representado por 307.240.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é de R\$ 292.395.500 em 2016 (R\$ 283.745.000 em 2015) e está representado por 292.395.500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Aumento de capital

No exercício de 2016 foram realizadas subscrições de capital no montante de R\$ 22.840.001 e integralizado capital no montante de R\$ 2.531.001, por meio de AGE's (Atas de Assembleia Geral Extraordinária).

No exercício de 2016, além dos atos societários apresentados acima, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 6.109.500.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, está destacada: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. A Companhia não apurou lucro nos exercício de 2016 e 2015.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

10 Imposto de renda e contribuição social

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possui histórico de lucros tributáveis.

11 Receita operacional líquida

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

	<u>Consolidado</u>
	2016
Receita bruta	
Energia elétrica - Geração própria	64.404.550
Outras receitas	5.160
Deduções da receita	
PIS	(603.912)
COFINS	<u>(2.784.532)</u>
Total	<u>61.021.266</u>

12 Custos das vendas

	<u>Consolidado</u>
	2016
Encargos de transmissão e conexão	(5.776.139)
Depreciação	(32.202.543)
Arrendamento e alugueis	(655.938)
Custo com pessoal	<u>(1.249.404)</u>
Total	<u>(39.884.024)</u>

13 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com vendas	-	-	(1.406)	-
Serviços prestados pessoa jurídica	(227.421)	(21.597)	(2.178.359)	(447.701)
Arrendamentos e aluguéis	-	(26.783)	-	(90.839)
Despesas com cartório	(61.417)	-	(224.080)	-
Viagens, diárias e ajuda de custos	(15.710)	(20.911)	(157.681)	(44.949)
Compartilhamento de despesas	(823.031)	(1.802.524)	(4.426.061)	(2.478.805)
Gastos diversos	(69.456)	(63.290)	(3.564.005)	(1.273.608)
Gastos com pessoal	-	-	-	(162.886)
Contrato de servidão	-	-	(65.686)	(2.514.778)
Indenizações	-	-	-	(3.452.186)
Depreciação	(14.012)	(17.681)	-	(18.086)
Recuperação de despesas	868	-	894	-
Tributos	-	-	(253.335)	-
Despesas com condomínio	-	-	1.923.063	-
Seguros	-	-	(994.615)	(968.235)
Total	(1.210.180)	(1.952.786)	(9.941.271)	(11.452.073)

14 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Descontos recebidos	192	-	134.043	-
Outras receitas	-	-	3.785	-
Rendimentos aplicação financeira	47	2.767.274	1.848.435	2.767.274
	239	2.767.274	1.986.263	2.767.274
Despesas financeiras				
Juros pagos	-	(82)	(16.107)	(146)
Juros, comissão e outras despesas bancárias	(1.964.425)	(696.872)	(1.964.425)	(696.872)
Juros BNDES	-	-	(44.208.972)	-
Tarifas bancárias	(1.908)	(2.273)	(53.310)	(19.167)
IOF sobre mútuo	(61.461)	-	(122.922)	-
IOF	-	-	(48)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(1.496.616)	-
Multas	(1.059)	(119)	(20.427)	(444)
	(2.028.853)	(699.346)	(47.882.827)	(716.629)
Total	(2.028.614)	2.067.928	(45.896.564)	(2.050.645)

15 Cobertura dos seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros das controladas contra riscos de engenharia era composta por R\$ 975.463.713 (R\$ 975.463.713 em 2015) com vigência da apólice até 15 de junho de 2017, para responsabilidade civil era de R\$ 10.000.000 (R\$ 15.000.000 em 2015) com vigência da apólice até 25 de maio de 2017 e para risco operacional era de R\$ 1.232.791.110 em 2016 (R\$ 1.232.791.110 em 2015) com vigência da apólice até 25 de maio de 2017.

16 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Mútuos partes relacionadas – Clemente VII		8.047.529	-	-	-
Total		<u>8.047.529</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo					
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. (a)	8	281.034	-	730.851	-
Mútuos partes relacionadas – Clemente VI		8.047.529	-	-	-
Total		<u>8.328.563</u>	<u>-</u>	<u>730.851</u>	<u>-</u>
Resultado					
Compartilhamento de despesas (a)	13	823.031	1.802.524	6.904.866	2.478.805
Total		<u>823.031</u>	<u>1.802.524</u>	<u>6.904.866</u>	<u>2.478.805</u>

- (a) A Companhia possui despesas no valor de R\$ 823.031 e um contas a pagar no valor de R\$ 281.034 decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2016		2016		2015		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	3.306	3.306	22.459.527	22.459.527	13.878	13.878	76.505.460	76.505.460
Fornecedores	570.719	570.719	225.736.308	225.736.308	-	-	5.097.372	5.097.372
Financiamentos	-	-	695.057.331	695.057.331	-	-	520.396.656	520.396.656
Total	<u>574.025</u>	<u>574.025</u>	<u>943.253.166</u>	<u>943.253.166</u>	<u>13.878</u>	<u>13.878</u>	<u>601.999.488</u>	<u>601.999.488</u>

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2015					
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	5.097.373	5.097.373	-	-	-
Financiamentos	520.396.656	-	16.262.396	97.574.373	406.559.887
Total	525.494.028	5.097.372	16.262.396	97.574.373	406.559.887
31 de dezembro de 2016					
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	225.736.308	225.736.308	-	-	-
Financiamentos	695.057.331	21.496.928	42.993.856	128.981.567	501.584.980
Total	920.793.639	225.736.308	42.993.856	128.981.567	501.584.980

c. Instrumentos financeiros por categoria

	2016		2015	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Controladora				
Caixas e equivalentes de caixa	3.306	-	13.878	-
Consolidado				
Caixas e equivalentes de caixa	22.459.527	-	76.505.460	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Controladora				
Fornecedores	-	570.719	-	-
Consolidado				
Fornecedores	-	225.736.308	-	5.097.372
Financiamentos	695.057.331	-	520.396.656	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.